



## SERVIÇO SOCIAL DA TERRA: desafios na construção da educação do campo

Maria Helena Cariaga Silva<sup>1</sup>  
Maria José Antunes da Silva<sup>2</sup>  
Josenice Ferreira dos Santos Araújo<sup>3</sup>  
Rosemary Negreiros de Araújo<sup>4</sup>  
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra<sup>5</sup>  
Maristela Dal Moro<sup>6</sup>  
Elaine Martins Moreira<sup>7</sup>  
Virgínia Márcia Assunção Viana<sup>8</sup>  
Liana Brito de Castro Araújo<sup>9</sup>  
Maria Cristina de Queiroz Nobre<sup>10</sup>  
Adinari Moreira de Sousa<sup>11</sup>  
Laura Maria Cunha<sup>12</sup>

### Resumo

Este artigo é resultado da síntese da mesa coordenada apresentada durante a XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Seu objetivo é compartilhar as experiências das três turmas dos cursos de Serviço Social implementados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Esses cursos foram realizados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluídos em 2015, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), com turma formada em 2018, e na Universidade Federal do Tocantins (UFT), atualmente em desenvolvimento. A mesa abordou vivências cotidianas dos cursos, destacando tanto os progressos alcançados quanto os desafios enfrentados e a repercussão na vida das(os) educandas(os), que são significativos para o Serviço Social, as instituições de ensino e os movimentos sociais. Esses cursos estão capacitando profissionais para uma intervenção profissional de vital importância e, principalmente, para participação ativa nas lutas por transformações sociais.

**Palavras-chave:** Serviço social da terra; educação do campo; lutas de classes.

<sup>1</sup> Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, TO, Brasil. Doutorado pela PUC/SP em Serviço Social. E-mail [mhcariaga@uft.edu.br](mailto:mhcariaga@uft.edu.br).

<sup>2</sup> Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Política Social pela UnB. E-mail [mariajose77@uft.edu.br](mailto:mariajose77@uft.edu.br).

<sup>3</sup> Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Política Social pela UnB. E-mail [joseniceferreira@uft.edu.br](mailto:joseniceferreira@uft.edu.br).

<sup>4</sup> Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Geografia Humana Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [rosearaujo@uft.edu.br](mailto:rosearaujo@uft.edu.br).

<sup>5</sup> Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social do Pronera. Doutora em Política Social. E-mail: [ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br](mailto:ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br).

<sup>6</sup> Doutora em Serviço Social, Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.

<sup>7</sup> Doutora em Serviço Social, Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ.

<sup>8</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ceará (UECE), doutora em Educação (UFC). E-mail: [virginia.assuncao@uece.br](mailto:virginia.assuncao@uece.br).

<sup>9</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ceará (UECE), Doutora em Educação (UFC). E-mail: [liana.brito@uece.br](mailto:liana.brito@uece.br).

<sup>10</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ceará (UECE), Doutora em Sociologia (UFC). E-mail: [cristina.nobre@uece.br](mailto:cristina.nobre@uece.br).

<sup>11</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ceará (UECE), Doutora em Política Social (UnB). E-mail: [adinarisousa@gmail.com](mailto:adinarisousa@gmail.com).

<sup>12</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ceará (UECE), Doutora em Serviço Social (UFPE). E-mail: [laura.cunha@uece.br](mailto:laura.cunha@uece.br).

Maria Helena Cariaga Silva, Maria José Antunes da Silva, Josenice Ferreira dos Santos Araújo, Rosemary Negreiros de Araújo, Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, Maristela Dal Moro, Elaine Martins Moreira, Virgínia Márcia Assunção Viana, Liana Brito de Castro Araújo, Maria Cristina de Queiroz Nobre, Adinari Moreira de Sousa e Laura Maria Cunha

### **SOCIAL LAND SERVICE: challenges in building rural education**

#### **Abstract**

This article is the result of the synthesis of the coordinated panel presented during the XI International Public Policy Conference. Its aim is to share the experiences of three cohorts of Social Work courses implemented by the National Program of Education in Agrarian Reform (Pronera). These courses were conducted at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), concluded in 2015, at the State University of Ceará (UECE), with a cohort formed in 2018, and at the Federal University of Tocantins (UFT), currently in progress. The panel addressed the everyday experiences of the courses, highlighting both the achievements and challenges faced and impact on the lives of students, which hold significant implications for Social Work, educational institutions, and social movements. These courses are equipping professionals for vital professional intervention and, most importantly, active engagement in struggles for social transformations.

**Keywords:** Earth Social Service; Rural Education; Class struggles.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.42>

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre os cursos de Serviço Social para trabalhadores(as) camponeses(as), das águas e da floresta, e militantes dos movimentos sociais do campo. Será apresentada uma breve exposição das três experiências no Serviço Social brasileiro, destacando os processos vivenciados e os avanços tanto para a área em questão quanto para os militantes dos movimentos sociais que acessaram à formação superior em universidades públicas.

A primeira experiência abordada é referente à Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 2011 a 2017, formando 50 bacharéis em Serviço Social, provenientes de assentamentos da reforma agrária e de outros movimentos do campo. Essa turma passou a ser denominada de “Turma Carlos Nelson Coutinho” e atraiu estudantes de 20 estados brasileiros.

A segunda abordagem se refere à Turma Eldorado dos Carajás, do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Terra, realizada por meio de uma parceria entre a Escola Florestan Fernandes – ENFF/MST e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), com apoio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. O curso totalizou 3.180 horas, distribuídas da seguinte forma: 2.130 horas de aulas teóricas, 480 horas de prática, 360 horas de atividades teórico-práticas, 60 horas de orientação e 150 horas de atividades extracurriculares realizadas tanto na escola quanto na comunidade.

A terceira experiência apresentada está ligada à particularidade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A criação do curso surgiu da necessidade de capacitar e aprimorar o conhecimento de jovens e adultos que residem em áreas rurais. As primeiras etapas do processo de luta pela criação do curso de Serviço Social ocorreram em 2015; porém, devido a diversos desafios políticos, estruturais e acadêmicos, o vestibular só foi realizado no final de 2018. O Curso de Serviço Social – Pronera, no Tocantins, teve sua turma efetivamente iniciada em 2019, composta por 37 participantes que incluíam camponeses, chefes de família, mães, avós, solteiros, militantes de movimentos sociais e trabalhadores rurais. Esses participantes vieram principalmente do Pará, Maranhão e do próprio Tocantins, regiões que fazem parte da Amazônia Legal.

Considerando essas particularidades, este trabalho apresentará brevemente o processo de luta e consolidação da política de educação do campo, uma conquista dos movimentos sociais e um elemento central para a defesa da reforma agrária. Esse momento será importante, pois abordará o debate travado na década de 1980 acerca da educação no campo, o que levou à constituição do

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o qual proporcionou as condições para a realização dos cursos acima mencionados.

## 2 CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para compreender a experiência realizada nas universidades mencionadas, é crucial destacar o momento em que a Educação do Campo assume uma nova configuração, adquirindo características distintas do conceito tradicional até então conhecido como educação rural. A partir da década de 1980, período marcado pelo retorno, ainda que controlado, da democracia no Brasil, uma nova era de lutas sociais se inicia. São anos intensos que apontam à 'reascensão' das esperanças na construção de um país mais justo e igualitário, com certas bandeiras se destacando como fundamentais e portadoras do potencial para mudanças estruturais.

A reforma agrária desponta como uma das demandas mais importantes e, nas mãos dos movimentos sociais, especialmente o MST, sinaliza a possibilidade de redução da concentração de terras e do poder econômico e político no país. Essa reivindicação, que vai e volta nas esferas do poder e enfrenta a resistência dos "senhores da terra" e seus aliados, amadurece ao longo do tempo e incorpora novos elementos que poderiam lhe conferir concretude. A democratização do acesso à terra e a garantia de que este recurso natural cumpra sua função social, conforme previsto na Constituição de 1988, vêm acompanhadas de outras demandas, como saúde, moradia, saneamento básico e, particularmente relevante para este trabalho, a educação.

Ressurge nas mentes e corações dos camponeses(as) a esperança pela conquista da terra e, com ela, a garantia de direitos historicamente negados. De pronto, a educação é colocada como uma das primeiras demandas do movimento social, concentrando-se, inicialmente, na necessidade de assegurar o acesso a esse direito para as crianças e jovens que vivem nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária. Rapidamente, essa luta se expande para além do simples acesso, e passa a ser reivindicada uma educação de qualidade e, conforme apontado por Caldart (2012), uma educação que seja "no e do" campo. Segundo a autora, o "no" define que o povo tem direito a ser educado onde vive, enquanto o "do" implica que o povo tem direito a uma educação pensada a partir do seu contexto e com sua participação, vinculada à sua cultura e necessidades humanas e sociais.

Nessa direção, a educação se contrapõe radicalmente ao que existia até então, conhecido como educação rural. A Educação do Campo é concebida como um projeto em construção, uma autodefinição construída pelos próprios sujeitos e expressão de um movimento prático que define

seus objetivos e dinâmica. O marco dessa virada na concepção de educação rural para Educação do Campo ocorreu durante o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, em 1997, no Seminário Nacional realizado em Brasília em novembro de 2002, e, finalmente, na Conferência Nacional de 2004.

A partir desses acontecimentos, que representam rupturas com o projeto educacional tradicional e são resultado das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais, inicia-se o que se convencionou chamar de Educação do Campo. Segundo Caldart (2012), esta tem seu início e localização geográfica nos anos 1980, quando os lutadores da reforma agrária se posicionaram em defesa das crianças que viviam nos assentamentos. A educação passa a fazer parte das outras lutas dos sujeitos coletivos que decidiram associar lutas e práticas numa mobilização nacional pela construção de políticas públicas capazes de efetivar esse direito que é de todos.

Essas ideias dão concretude às lutas que se delineiam nos anos seguintes e, em decorrência desse debate, as bases são construídas para a elaboração de uma política pública voltada à educação do campo e, mais especificamente, aos assentados da reforma agrária. Resulta no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), criado em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso, em meio a grandes tensões e conflitos sociais, tornando-se a principal política educacional do campo, permitindo o acesso à educação a mais de 200 mil camponeses.

O crescimento ocorre nos anos seguintes e avança além dos projetos de alfabetização e escolarização nas séries iniciais, nos quais se localizavam as primeiras iniciativas, para projetos de ensino fundamental completo, ensino médio e, posteriormente, ensino superior e pós-graduação. Este programa se expande significativamente ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, sendo regulamentado em 2010, quando adquire status de política permanente.

Apesar de ter sofrido um duro impacto após o golpe de 2016 e durante o governo Bolsonaro, que retirou praticamente todos os recursos destinados à sua implementação, o Pronea se manteve vigente. A eleição de Lula da Silva, em 2022, abriu uma nova porta para a retomada e fortalecimento do programa.

Além de sua capacidade de garantir o acesso à educação a milhares de assentados(as) da reforma agrária e seus(as) filhos(as), o Programa passou a ser responsável por mudanças significativas nos projetos educacionais implementados nas instituições de ensino, nos mais diversos níveis e campos do conhecimento. Essas mudanças são demonstradas por Santos (2012) e se referem à possibilidade de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos educacionais, garantindo a plena participação de todos os sujeitos envolvidos no processo e sua multiplicação.

A participação se materializa na medida em que a comunidade das áreas da Reforma Agrária e suas organizações indicam as demandas institucionais, decidindo sobre a elaboração,

acompanhamento e avaliação dos projetos em conjunto com os demais parceiros. Em relação à multiplicação, a educação dos assentados visa não apenas ampliar o número de pessoas alfabetizadas e formadas em diferentes níveis de ensino, mas também garantir educadores, profissionais, técnicos, agentes mobilizadores e articuladores de políticas públicas para as áreas de Reforma Agrária. Esses princípios fundamentam o processo organizativo dos projetos implementados através do Pronera, permitindo que as(os) camponesas(es) ingressem no interior das instituições e participem de todo o processo de ensino.

Para complementar, o caráter inovador dos projetos implementados nas instituições, principalmente os referentes ao ensino médio e superior, diz respeito aos tempos e espaços educativos, divididos, de acordo com Santos (2012), em "tempo escola e tempo comunidade". Esses dois tempos educativos desempenham um papel crucial na formação, contribuindo para a indissociabilidade entre os conhecimentos produzidos e difundidos no interior das instituições de ensino e os conhecimentos produzidos pelos trabalhadores e pelas organizações políticas, históricas e representantes dos trabalhadores do campo.

Nesses tempos de supremacia de uma racionalidade técnica, a proposta que alimenta o Pronera, proveniente do amplo debate realizado ao longo dos últimos anos acerca da Educação do Campo, visa construir uma práxis reflexiva, buscando reconstruir o processo educativo aprofundando a relação da teoria com a prática social, sempre com o intuito de elevar a consciência e reconstruir as relações entre os indivíduos, fortalecendo um novo projeto societário fundado nos princípios da justiça social, igualdade e fim das opressões que apontam para um devir histórico no qual reine a liberdade.

Considerando os aspectos mencionados acima, os próximos tópicos apontarão as experiências (desafios e possibilidades) vivenciadas nas três universidades públicas do país, na implementação do Pronera na área do Serviço Social: UFRJ, UECE e UFT.

### **3 A TURMA CARLOS NELSON COUTINHO DA UFRJ**

O curso iniciou suas atividades em 2011. Compunham a turma sessenta estudantes, os quais estavam vinculados a assentamentos da reforma agrária e tinham vínculo com a luta pela terra. Essa turma trouxe à universidade novas experiências e possibilitou o estreitamento da relação entre a formação acadêmica e a prática social na medida em que grande parte dos estudantes compunha as fileiras dos movimentos sociais e carregava consigo experiências, vivências, conhecimentos que reforçam e/ou questionam os conceitos instituídos nos programas e conteúdos ministrados em sala de aula.

Por ser uma turma formada por estudantes provenientes de todos os estados do Brasil, carregavam consigo as expressões particulares da questão social e da questão agrária e manifestavam, no âmbito da universidade, as mazelas e contradições presentes nos seus territórios. Traziam consigo, também, as experiências de luta e resistência que vivenciaram no decorrer de sua história. Expressavam, nas suas manifestações cotidianas, os princípios que sustentam os movimentos sociais do campo, representados nessa turma pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e, pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB) com sua mística, cultura e fazer político.

A dinâmica de um curso universitário e as expectativas de grande parte dos alunos, preliminarmente, geraram alguns embates. A principal contradição vivenciada nesta experiência foi a dificuldade de articular os interesses de grande parte dos(as) estudantes que buscavam, inicialmente, conhecimentos que poderiam contribuir de forma mais direta com a sua formação militante. Com o passar dos períodos, foi sendo construído o diálogo sobre a dinâmica de formação acadêmica do curso em Serviço Social e da própria universidade como um todo e muitos dos dilemas iniciais foram sendo dirimidos.

Em se tratando do Serviço Social, a proposta que se materializou nessa experiência teve como referência as Diretrizes Curriculares do Serviço Social aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996. Esse documento, considerado como uma expressão do Projeto Ético Político, apresenta o verdadeiro significado da profissão na sociedade capitalista, ao mesmo tempo, em que se posiciona na defesa das demandas da classe trabalhadora e, para isso, se norteia em uma direção teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica (ABEPSS, 1996). Esses fundamentos se aproximam dos princípios que orientam a luta política dos movimentos sociais, e estabelecem também parâmetros que a formação deve considerar já que o(a) assistente social é um(a) profissional inserido(a) na divisão sociotécnica do trabalho.

As contradições internas da militância e a relação com a universidade foram responsáveis por algumas desistências; todavia, no decorrer do curso, foi possível estabelecer uma relação bastante enriquecedora que permitiu um diálogo fraterno e a implementação e finalização do curso com um alto índice de aprovação.

O curso foi organizado tendo como referência metodológica a “pedagogia da alternância”, constituída pelos assim chamados “tempo escola” e “tempo comunidade”. A adoção dessa metodologia foi largamente debatida pela equipe de trabalho e os representantes dos movimentos sociais, chegando à conclusão de que a sua implementação deveria ser radicalmente distinta da modalidade de curso à distância ou semipresencial. A inserção dos(as) estudantes na universidade, embora em tempos diferentes, não poderia comprometer a qualidade do curso e as(os) estudantes

dessa turma deveriam ter a mesma formação que as(os) demais estudantes do curso (matutino e noturno), só que de forma mais concentrada em sua carga horária.

O Tempo Escola ocorreu em dois meses a cada semestre, tempo necessário para o cumprimento da carga horária das disciplinas e para a participação de outras atividades acadêmicas no âmbito da pesquisa e da extensão, condição fundamental para uma formação de qualidade (DAL MORO; MOREIRA, 2020). O Tempo Comunidade assumiu o papel de complementação da formação: se dava através da realização de trabalhos de caráter teórico, de pesquisas sobre a realidade dos estudantes e da realização de atividades de extensão em parceria com as universidades próximas da residência dos estudantes. Também teve papel relevante, fundamentalmente nos períodos iniciais, a parceria com o Programa de Pós-Graduação da unidade no sentido de que estudantes da Pós fossem monitores da turma. Essa atividade de apoio aos estudos extraclasse foi muito importante para que as(os) estudantes pudessem acompanhar a rotina acadêmica de intensas leituras, ainda mais pela modalidade concentrada da pedagogia da alternância.

A turma cumpriu uma carga horária total 3.180 horas, assim distribuídas: 2.130 horas de disciplinas teóricas; 480 horas para prática profissional; 360 horas de teórico-práticas; 60 horas de disciplinas de orientação; e 150 horas de atividades extracurriculares (que foram realizadas através de atividades de pesquisa, extensão, participação de eventos, produção teórica etc.). A previsão de conclusão com a indicação mínima de períodos era final de 2015; entretanto, as dificuldades apresentadas pela turma, tanto de ordem financeira como formativa fizeram com que a sua finalização fosse adiada para julho de 2017.

A implementação do curso só foi possível porque houve uma intensa participação da comunidade acadêmica em suas diversas instâncias, as quais se manifestaram de distintas formas. No que se refere à gestão, a Direção, os professores e os funcionários técnico-administrativos da Escola de Serviço Social e da UFRJ de modo geral participaram ativamente, criando as condições para a implementação da turma. Ademais, a universidade se responsabilizou em disponibilizar a carga horária dos professores e técnico-administrativos que colaboraram. Isso se estendeu, também, para docentes que estiveram à frente da Coordenação do Curso/turma com parte de sua carga horária disponibilizada exclusivamente para tal fim; a instituição ficou responsável ainda pelo espaço físico e pelos equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no campus da Praia Vermelha.

Esse curso se tornou referência na universidade, e pela sua ousadia ganhou notoriedade no âmbito do Serviço Social brasileiro. O ineditismo da proposta e sua afinidade com o projeto profissional do Serviço Social provocou muitas reflexões e interesse de outras unidades acadêmicas

em replicá-la em seus territórios. No decorrer de sua realização, a equipe de coordenação, em várias oportunidades, buscou socializar essa experiência em espaços acadêmicos através da participação de congressos e demais eventos. Foram produzidos, também, artigos publicados em revistas de circulação nacional tanto do Serviço Social como de outras áreas.

Essa experiência serviu para ampliar o debate entre professores, estudantes e técnicos, tanto em sala de aula, como nos demais espaços universitários, servindo de referência para os demais estudantes do curso de Serviço Social e demonstrou sua capacidade de abrir espaços no âmbito da Universidade e da profissão em um tempo de grandes disputas societárias e profissionais. A experiência política de grande parte dos(as) integrantes da turma gerou importantes interações com o movimento estudantil da universidade, assim como os(as) trabalhadores e suas organizações sindicais.

Também foi relevante a visibilidade do tema da reforma agrária no interior da universidade. A realização de feiras com produtos advindos de seus territórios e livros da editora Expressão Popular mobilizou a comunidade universitária. A Jornada Universitária em Defesa Reforma Agrária (JURA) segue sendo realizada anualmente na universidade com atividades propostas por cursos de diversas áreas do conhecimento acadêmico, estando no ano de 2024 na sua 11ª edição. Isso contribuiu para a dinamização de projetos de extensão voltados para a questão agrária, alimentar e ambiental, conectando campo e cidade especialmente através da comercialização de alimentos agroecológicos.

A experiência na Escola de Serviço Social da UFRJ, foi um acontecimento marcante para a unidade de formação e para as pessoas nela envolvidas. Essa modalidade de curso possibilitou a entrada coletiva de sujeitos do campo na universidade e nos espaços da profissão em um tempo de grandes disputas societárias e profissionais. A sua realização contribui significativamente para o fortalecimento de um projeto educacional democrático e emancipatório, consoante com os princípios defendidos pelo Serviço Social.

Ao atender a demanda dos movimentos sociais por formação superior e, garantir com isso, a socialização do saber a um segmento de trabalhadores do campo, possibilitou vivências voltadas para construção de outro tipo de educação, com vistas à superação do “latifúndio do saber”, bem como o estímulo a relações sociais que visem à produção de outra ordem social e de outra humanidade.

#### **4 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA TERRA – PRONERA NA UECE: memórias e reflexões na luta pela educação popular**

No Ceará, o Curso Serviço Social da Terra pelo Pronera foi articulado no início dos anos 2000, através do MST, com um grupo de professoras pesquisadoras nos Assentamentos da Reforma Agrária em alguns municípios do estado. A partir de 2008, as demandas e pressões à Reitoria da UECE foram intensificadas, e os encontros dos movimentos sociais com o grupo de professoras do Serviço Social da UECE transcorreram num otimismo da vontade e pessimismo da razão, conforme a compreensão em Gramsci. A cada encontro e debate, os processos de trabalho e planejamento buscaram confirmar a abertura do Curso de Serviço Social da Terra na UECE, mesmo frente às dificuldades de definição dos termos do convênio com as partes envolvidas – UECE, INCRA, MST, CPT, MAB, MPA e Comunidades Quilombolas oriundos dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A Turma Eldorado dos Carajás do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Terra ocorreu pela relação entre a Escola Florestan Fernandes – ENFF/MST e a UECE, com convênio de cooperação com o Incra, através do Pronera. A execução seria de dezembro/2011 a setembro/2015, contudo, iniciou-se em 2013 e foi concluída em 2018. O curso compreendeu um total de 3.180 horas, distribuídas em disciplinas teóricas, práticas, teórico-práticas, disciplinas de orientação e atividades extracurriculares (realizadas no tempo escola e tempo comunidade), na perspectiva da Pedagogia da Alternância.

Da primeira etapa em 2013, com oferta do primeiro e segundo semestres, vale destacar aspectos administrativo-burocráticos, em que: a) as orientações da UECE para convênios tinham exigências burocráticas à liberação dos recursos e financiamento total para contratação de pessoal administrativo e corpo docente-pedagógico, visto que professores efetivos não podiam ser lotados no projeto; b) a demora na decisão de contrapartida do governo estadual através da UECE atrasou os processos de licitação e garantias de infraestrutura para desenvolver a formação das(os) educandas(os).

Dos aspectos político-pedagógicos na dimensão técnico-operativa, destacamos: a) as dificuldades em implementar o projeto do Curso de Serviço Social, desde os desafios para aprovação inicial no próprio curso regular na UECE e, no Incra, para seleção de pessoal administrativo e pedagógico; b) a definição final da proposta cooperada de formação acadêmica construída com o MST sobre as questões pedagógicas e perfil do grupo, a questão do financiamento em relação à

contrapartida das(os) educandas(os), a discussão sobre o “kit aluno”, para compra de livros básicos, e o perfil do professor do Tempo Escola – TE e Tempo Comunidade – TC.

Em relação às dimensões teórico-metodológicas e desafios ético-políticos, desde o início das atividades acadêmicas no processo ensino-aprendizagem, professores efetivos da UECE não poderiam ser lotados nas disciplinas; por isso, realizamos seleção de professores buscando um perfil profissional com experiência docente, engajado em movimentos sociais e com aproximações teóricas às questões do campo e Movimentos Sociais, o que não foi possível de imediato. Assim também enfrentamos um processo difícil na relação professor/estudante, dentre eles: I) os estudantes chegavam na Universidade com uma rica experiência de formação política nos diversos espaços que ocupavam, esperando dos professores que respondessem às suas questões de prontidão; observamos um relativo impacto sentido no espaço acadêmico, com sua estrutura relativamente rígida, fragmentada e hierárquica; ambos educandos, professores e coordenação foram aprendendo nessa construção; II) outra questão percebida foi o desequilíbrio da relação dos conteúdos ministrados X tempo de estudo X produção escrita.

As atividades pedagógicas realizadas na primeira etapa garantiram uma rica interação entre o curso de serviço social regular com a turma do Pronera, inclusive com o curso de Mestrado em Serviço Social, demonstrando integração desse Projeto com a vida acadêmica como um todo. Houve a abertura do segundo vestibular para o preenchimento de 13 vagas, tendo em vista ausências e desistências ocorridas.

A organicidade da Turma Eldorado dos Carajás, assim definida pelo grupo de educandos, é uma peculiaridade na proposta do Pronera, com eleição dos Núcleos de Base – NB, que desempenharam atividades de cuidado com o espaço acadêmico e de infraestrutura coletiva. Além dessas atividades, a Mística, como um momento de acolhida, foi realizada todos os dias na abertura das atividades acadêmicas pelos NB, em geral, no Bloco do Serviço Social, propiciando um espaço de integração entre os diversos estudantes, e, mesmo depois em regime intensivo fora da UECE, a mística era o momento de imersão nas raízes e cultura para repor energias em busca dos objetivos a alcançar. A poesia, música, alvoradas... tudo foi instigante, verdadeiro e acalentou nossa jornada pelo conhecimento crítico e coletivo.

#### **4.1 “Ninguém Solta a Mão de Ninguém”:** a busca do conhecimento como ferramenta de luta e resistência coletiva

A continuidade do Curso de Serviço Social – Pronera, na UECE, foi interrompida em virtude de atividades políticas que envolviam muitas(os) educandas(os), somada à greve no bimestre

final do ano de 2013 e no primeiro trimestre de 2014, interferindo nas licitações para infraestrutura e contratação de pessoal.

No Centro da Ematerce – CETREX/Caucaia, da Região Metropolitana, instalamos alojamento, salas de aula, biblioteca, ciranda das crianças, quarto de repouso para docentes e espaço de lazer. O Centro de Formação Frei Humberto assumiu os serviços alimentares para maior satisfação das(os) educandas(os). A proposta pedagógica dividiu a turma por temática de estudos para pesquisa e construção do trabalho de conclusão do curso. A organização e o monitoramento das disciplinas de estágio supervisionado foram fundamentais para a continuidade e conclusão da proposta. Todas essas estratégias individuais e coletivas com inovações ao processo ensino-aprendizagem garantiram que 48 educandas(os) permanecessem no Curso de Serviço Social da Terra até o final. Paulo Freire nos ensina que “Não basta viver em sociedade, é necessário participar, intervir coletivamente para modificar o que há de desumano. [...] No processo de reinventar o mundo, [...] o domínio da linguagem e da escrita é fundamental” (FREIRE, 1978, p. 141-145).

O 5º semestre do Curso teve mais exigências e desafios em virtude das duas disciplinas de estágio supervisionado, com tempo escola e tempo comunidade da pedagogia da alternância. Assim, foram imprescindíveis, principalmente: a) construção de um Projeto de Estágio Supervisionado, com 80hs de Estágio no tempo escola em Fortaleza, com 60 dias concomitantes de prática de campo com as outras disciplinas nos 5º e 6º semestres, e 158h no tempo comunidade no município mais próximo da comunidade/assentamento, com supervisão de Assistente Social para cada disciplina de Estágio Supervisionado; b) mutirão de abertura de campo de estágio com convênios da UECE nos espaços sócio-ocupacionais em Caucaia, Fortaleza e municípios de origem das(os) educandas(os); c) continuidade do planejamento, execução e monitoramento em colegiado; d) parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e conquista de bolsas de estudos, que não tiveram uso individual, pois o orçamento foi coletivizado numa conta em prol de todas(os), e contribuiu para custear atividades acadêmicas de deslocamento aos campos de estágio, impressão de material pedagógico, atividades de conclusão do Curso etc.; e) construção da III Jornada Universitária pela Reforma Agrária – JURA, UECE e UFC.

Os semestres finais do Curso Serviço Social – Pronera, em 2018, sintetizaram toda aprendizagem do projeto construído a muitas mãos e mentes e a satisfação de saber que “ninguém solta a mão de ninguém” nesse processo educativo. Nos 7º e 8º semestres, a sistematização das pesquisas e produção dos trabalhos de conclusão de curso atravessou um período de tensão política, com perseguição e criminalização dos movimentos sociais, com a prisão, à época, do ex-presidente Lula (PT), e do viés neofascista da candidatura de Bolsonaro (PL) à presidência da república. Enfrentar

essa realidade e ter certeza da necessidade de concluir o curso em 2018, antes do novo mandato presidencial, foi nossa meta.

O tempo comunidade, entre o 7º e 8º semestres, foi dedicado à coleta dos dados da pesquisa de campo (aplicação de questionário, entrevista, observação participante no processo de tabulação, sistematização e análise dos dados), sendo fundamental para elaboração e construção da monografia com ênfase nos temas gerais presentes nos objetos de estudos e investigações pensados para as monografias. Assim, cada professor(a) organizou os temas de pesquisa dos educandos(as) com o intuito de definir as orientações das pesquisas monográficas de forma coletiva e individual. Os principais temas dos projetos foram: questão agrária, gênero, juventude, família, saúde, educação e direitos sociais. Nas disciplinas de pesquisa, as atividades propostas já indicavam a construção do primeiro capítulo da monografia no Tempo Comunidade.

A semana de seminário de defesas abertas das monografias da turma de Serviço Social contou com a participação de assistentes sociais e profissionais de áreas afins nas bancas examinadoras, e provocou uma grande alegria coletiva — confirmou a poesia de Fernando Pessoa, “Valeu a pena? Tudo vale a pena Se a alma não é pequena”. A Colação de Grau dos(as) 48 educandos(as) ocorreu no dia 29 de novembro de 2018 no Auditório Central da UECE, representando 87% da turma inicial com a grata satisfação de reconhecimento do curso no Conselho Estadual de Educação, aprovado no dia 20 de novembro de 2018.

Na colação de grau, o discurso da representante docente da Turma Eldorado dos Carajás resumiu essa desafiante e instigante jornada do conhecimento com os movimentos sociais na UECE, “Este curso se tornou possível porque vocês, trabalhadores e trabalhadoras do campo, resistem e lutam cotidianamente por outra sociabilidade (...). Vocês nos tensionaram aqui na UECE e conquistaram esta formação acadêmica em Serviço Social” (UECE, 2019, p. 30).

Como visto, este trabalho apresentou até aqui, as duas perspectivas de cursos que finalizaram as suas atividades, apesar dos inúmeros desafios. O próximo tópico dialogará com as ações que vêm sendo desenvolvidas no Curso de Serviço Social da UFT (ainda em fase de execução).

## **5 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PRONERA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: uma reflexão necessária**

O curso de graduação em Serviço Social, por meio da Política de Educação do Campo, impressa no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), materializou-se a partir da luta dos trabalhadores rurais dos assentamentos, acampamentos da reforma agrária e comunidades rurais, após contatos com os professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT),

posteriormente ao seminário sobre movimentos sociais. A partir disso, houve uma forte luta até a formalização do pleito, de modo a solicitar à UFT (Câmpus de Miracema do Tocantins), a criação da graduação em Serviço Social.

O estado do Tocantins tem particularidades socioculturais e geográficas, sendo uma delas a de ser o mais novo estado federativo do país, criado pela Constituição Federal, de 1988, localizado a sudeste da Região Norte. O território em questão se constitui um estado jovem, criado pela Constituição Federal democrática do país, cuja proposta dada aos direitos sociais se dá na perspectiva dos direitos de cidadania. Assim, esperava-se que a expressão, participação e vontade da população fosse considerada em todo o processo de seu desenvolvimento; no entanto, o que se observa é uma política que, segundo Raichelis (2010), desenvolve-se no padrão patrimonialista de relações na cultura política brasileira: apoiadas há décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, com apropriação do público pelo privado.

As práticas políticas predominantes no estado mantiveram a cultura sócio-histórica brasileira, que se desenvolve sob o prisma eleitoreiro, clientelista e conservador. O que ocorreu foi que as forças que lutaram e foram vitoriosas no período e na divisão e gestão do novo estado não representavam o rompimento com os padrões hegemônicos de exploração, sobretudo foram as camadas mais abastadas, os ricos, que se confirmaram nos anos seguintes, nos governos eleitos para a condução da política local, ou seja, mantém-se os interesses da autocracia burguesa nacional. Nos termos de Fernandes (2005), a autocracia burguesa se refere à estrutura da burguesia brasileira, cujos objetivos se direcionam, entre outras coisas, à manutenção da ordem e do fortalecimento do sistema capitalista. Trata-se de uma persistência de ditadura classista e reacionária.

Nesse sentido, vale destacar a importância da criação do curso de Serviço Social – Pronera, um caminho metodológico na educação para a formação profissional de jovens/adultos que vivem nos assentamentos e que não possuem a oportunidade de entrar na universidade pública por vários motivos, conforme aponta Chauí (1999), porque, neste país, a educação é considerada privilégio e não um direito dos cidadãos.

Trata-se de um grupo de estudantes, composto por famílias e comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, atingidos por barragens, ribeirinhos, quilombolas e pescadores, articulados em torno de movimentos de lutas de classes e que vêm buscando alternativas para superar a situação de exclusão da Política de Educação, que desumaniza os povos do campo e degrada a humanidade como um todo. Particularmente, movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra (MST), desenvolvem estratégias de luta pela Reforma Agrária, em defesa da agroecologia, do

meio ambiente, da justiça social, educação do campo e da agricultura familiar (CARVALHO; MENDES, 2014).

Em meio a tantas contradições sociais, chegar à universidade é um grande desafio, principalmente sendo as instituições consideradas espaços das classes dominantes. Então, quando essa população, extratos da classe trabalhadora, alcança essa possibilidade de ingressar na universidade pública, direciona-se uma possibilidade de rompimento do ciclo de exclusão das políticas sociais.

Ao se tratar de grupos que historicamente foram expropriados (MARX, 2013) das diversas formas da produção de riquezas sociais, ao chegar na universidade — em um espaço formal, engessado, burocrático — toda essa herança histórica de suas vidas cobra um alto preço e, infelizmente, muitos ficam pelo caminho. A sociedade nem sempre oferece as condições objetivas necessárias ao ingresso, à continuidade e à integralização na educação.

A inserção dos estudantes do curso de Serviço Social do Pronera, na UFT, reforça a importância das políticas de acesso às instituições de ensino superior, num território minado por disputas políticas no campo e na cidade. Além disso, direciona a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais que buscam a sua existência diante do cenário de um modo de produção excludente e explorador.

O curso de Serviço Social do Pronera no estado do Tocantins, Câmpus de Miracema, Turma Maria Trindade, adota uma estratégia de acolhimento particular. Ao início de cada semestre, realiza-se um seminário de abertura e, nesses eventos, são convidados pesquisadores que debatem as temáticas relacionadas à área. Estrategicamente, há convidados que apoiam o projeto, bem como as instituições que são responsáveis por ele. Na operacionalização do Curso, um dos momentos culturais nos seminários é a realização de uma atividade chamada de “mística”. Nela, são elaboradas, por meio da leitura de textos e poesias, a exposição de denúncias políticas e arte popular: refere-se a um momento de suspensão para refletir e se emocionar. Não dá para se pensar em Pronera sem trazer para os “muros” da universidade a Educação Popular. A experiência que o curso traz também é difundida e compartilhada entre os colegas dos cursos regulares, quando interagem em eventos e em outros espaços da universidade, como minicursos, seminários e outras atividades.

No processo de desenvolvimento da Turma Maria Trindade do Curso de Serviço Social – Pronera/UFT, são verificados desafios e possibilidades, além de inúmeros esforços para a continuidade no ensino pelos estudantes. Apesar disso, é preciso refletir, assim como apontam Carvalho e Mendes (2014), que a particularidade brasileira está imersa em um comportamento global, no que se refere ao desenvolvimento da lógica do capital.

No âmbito institucional, a realidade não é diferente. A coordenação enfrenta a lógica das contradições e aviltamentos de investimentos no plano educacional direcionados pelo governo anterior. As perdas são incontestáveis. É preciso somar os esforços de resistência na luta pela Educação Popular, tendo em vista que um arranjo burocrático imposto ao programa é duro de gerir, além do fato de o orçamento público ser um campo de grandes disputas. Outro aspecto marcante e dificultador, foi o fato de o curso ter se iniciado já no governo do presidente Jair Bolsonaro. Ele optou por uma profunda austeridade fiscal, que atingiu profundamente a realização dessa política social de educação para camponeses.

Outros desafios enfrentados, estão relacionados ao período de enfrentamento à pandemia, declarada pela Organização Mundial da Saúde, da covid-19, a partir de 11 março de 2020. De acordo com as orientações, a UFT reduziu o seu atendimento presencial e aderiu à realização de atividades remotas. Com essas medidas de isolamento social, muitos estudantes desistiram ou ficaram sem conseguir acompanhar as atividades na modalidade em questão, pois alguns não possuíam acesso à internet, outros não dispunham de equipamentos digitais (roteadores, notebooks, computadores ou celulares) e outros tiveram que buscar formas de sobrevivência por meio de trabalho fora do assentamento.

No percurso da pandemia, as aulas, as ofertas de disciplinas e demais atividades pedagógicas foram readequadas, desde o período considerado o “tempo universidade” com o de “campo”. A situação pandêmica provocou tensão e sofrimento na população camponesa, que mora nos assentamentos rurais. Com isso, os estudantes vinculados ao Pronera não estiveram imunes a essa conjuntura e sofreram as drásticas consequências.

Na particularidade de inserção dos alunos em sua primeira experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social, no semestre de 2023.1, foram identificados inúmeros desafios, sobretudo quando se considera a necessidade de as atividades serem realizadas perto dos locais de moradia, ou seja, em cidades do interior do estado do Tocantins e do Maranhão.

Foi necessária a realização de inúmeras articulações com instituições e, por diversos motivos, algumas questões se colocaram como desafiadoras. Entre elas: a disputa por vagas de estágio, considerando a existência de alunos de outras instituições, como universidades privadas e vinculadas à Educação à Distância (EAD). Relata-se, por exemplo, que alguns setores realizam pagamento de contrapartida na recepção de discentes, fator que se distancia completamente da realidade financeira do Programa. Outros aspectos se referem à precarização dos vínculos de trabalho de muitos assistentes sociais nas instituições nas quais os alunos estão inseridos, como contratos temporários e ausência de estrutura física para a recepção de estagiários.

Considerando-se uma realidade em constantes transformações, há imprevistos que precisam ser solucionados no decorrer do caminho que, por diversas vezes, estão relacionados às estruturas físicas de permanência dos estudantes; de financiamento para a continuidade dos semestres, com base nos planejamentos; e de acesso a campos de estágio próximos aos locais de moradia dos discentes em questão.

Nesse sentido, torna-se necessária a defesa e o fortalecimento dos programas de assistência estudantil, de modo que seja possível garantir a qualidade da formação desses camponeses, bem como o fortalecimento dos cursos inseridos em cidades do interior do país.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os cursos de Serviço Social voltados para as(os) assentadas(os) da reforma agrária e militantes dos movimentos sociais do campo representam uma importante iniciativa no contexto da educação brasileira. Ao longo deste artigo, foram apresentadas três experiências significativas: a Turma Carlos Nelson Coutinho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Turma Eldorado dos Carajás, da parceria entre a Escola Florestan Fernandes (ENFF/MST) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), e a Turma Maria Trindade, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Essas experiências demonstram os avanços alcançados ao fortalecimento do Serviço Social, enquanto profissão, e aos militantes dos movimentos sociais do campo. Ao formar profissionais capacitados e conscientes das realidades sociais e políticas do país, esses cursos contribuem para a promoção da justiça social e para o fortalecimento dos movimentos sociais. De modo geral, o Pronera completou, em 2023, 25 anos de existência, com lutas, resistência e esperanças. Em todo Brasil, foi responsável por educar 191.234 estudantes que ingressaram em 531 cursos, desde a alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio, além de graduação e pós-graduação.

A criação e a continuidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) são fundamentais para garantir o acesso à educação superior aos moradores das áreas rurais e para consolidar os avanços alcançados até o momento. A luta e a consolidação da política de educação do campo representam uma conquista dos movimentos sociais e um elemento central na defesa da reforma agrária e na promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

Nesse sentido, finaliza-se este trabalho reforçando a importância do Pronera e de que ele seja mantido e fortalecido, garantindo o acesso à educação superior para todos, independentemente de sua origem social ou geográfica. O investimento na formação de profissionais comprometidos com a transformação social é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Maria Helena Cariaga Silva, Maria José Antunes da Silva, Josenice Ferreira dos Santos Araújo, Rosemary Negreiros de Araújo, Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, Maristela Dal Moro, Elaine Martins Moreira, Virgínia Márcia Assunção Viana, Liana Brito de Castro Araújo, Maria Cristina de Queiroz Nobre, Adinari Moreira de Sousa e Laura Maria Cunha

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br\(a\)rquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br(a)rquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf).
- ARAÚJO, L. B. C. e ACCIOLY, M. S. Questão Agrária e Luta pela Terra no Brasil: análise fundamentada nas categorias questão social e movimentos sociais rurais. In: CUNHA, A. M. e SILVEIRA, I. M. M. **Expressões da Questão Social no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2014.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988 (atualizada). Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf).
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Manual do Pronera: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília, 2006.
- CALDART, Roseli. S. **Educação do Campo**. CALDART, Roseli et all. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Educação do Campo e Agroecologia**. Dicionário de Agroecologia e Educação/Alexandre Pessoa Dias. [et.al] - 1ª ed. São Paulo: Expressão popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- CALDART, Roseli *et al*. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- CARVALHO, S. M. G; MENDES, José Ernandi. **Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio**. In: Interface Journal. v.6 (1), 2014, p. 45-73. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2014/06/Interface-6-1-Carvalho-e-Mendes.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- CHAUÍ, M. **Ideologia neoliberal e universidade**. In: os sentidos da democracia; políticas do dissenso e a hegemonia global/ Org, pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da cidadania- NEDIC. -Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC 1999.
- DAL MORO, M.; MOREIRA, E. M. A Formação em Ensino Superior para Trabalhadores do Campo: balanço de uma experiência em Serviço Social. In: GONÇALVES, Adelaide; BRITO, Liana; VICENTE, Lourdes. (orgs.). **Resistência Camponesa: histórias de teimosia e esperança**. 1ed.Fortaleza: Editora da UECE, 2020, v. 1, p. 177-189.
- GONÇALVES, Adelaide; BRITO, Liana; VICENTE, Lourdes (orgs.). **Resistência Camponesa: histórias de teimosia e esperança**. Ed UECE, Fortaleza, 2020.
- ESTADO DO TOCANTINS. **Tocantins 25 anos: cidadãos que viram o Estado nascer e crescer**. 2013. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-25-anos-cidadaos-que-viram-o-estado-nascer-e-crescer/6j8s3snp90qz>. Acesso em 19 de março de 2024.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

SANTOS, Clarice. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** (Pronea), 2012.

SANTOS, Clarice; SAPELLI, Marlene. Educação do Campo: mais do que modalidade, disputa de projetos. *In*: LEHER, Roberto (org.). **Educação no Governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2023.

SOUZA, M. A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n.105, p.1089–1111, set./dez.2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302008000400008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302008000400008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 19 jun. 2020.

RAICHELIS, R. **Palestra em Seminário: CRAS no contexto dos municípios paulistas**: características e tendências. São Paulo, 2010.

TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do Pronea-UFT. UFT**. Miracema do Tocantins, 2018.

UECE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ). Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social. Fortaleza, 2011. (Digitado).

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão de 2018 do Curso de Serviço Social da Terra**: UECE/PRONERA/INCRA/MST. Fortaleza, 2019. (Digitado).